

RETÓRICA DO NACIONALISMO

Este trabalho é parte da dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Literatura Brasileira (Faculdade de Letras da UFMG), sob o título RETÓRICA DA FICÇÃO E DO NACIONALISMO EM *Triste fim de Policarpo Quaresma*. A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DE LIMA BARRETO.

Tornou-se comum a referência crítica à presença do nacionalismo em *Triste fim de Policarpo Quaresma*. A propósito das ações da personagem, verifica-se a tendência a grifá-las como decorrentes do desencontro entre o real e o ideal. Várias razões parecem elucidar essa posição: a analogia entre Policarpo Quaresma e Dom Quixote¹, a transcrição da legenda de Renan no póstico do romance², o bovarismo da personagem³.

Na parte em que aborda o problema da bizarrice em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, considerando-a como meio expressivo, Carlos Nelson Coutinho esclarece, em muitos pontos, o problema do nacionalismo e mostra a ineficácia das ações de Policarpo advindas da necessidade de "revolução pelo alto". Afirma também, que "a radicalização das ideologias dominantes através da bizarrice do major não revela apenas a falácia objetiva delas, o seu caráter de meras ideologias, como também acentua a hipocrisia burocrática dos personagens conformistas, que não são capazes de assumir coerentemente nem mesmo os preconceitos ideológicos que difundem"⁴.

Não resta dúvida de que a sua interpretação contribui, de manei-

ra significativa, para o tratamento do nacionalismo no romance. A tendência crítica do Autor impõe, no entanto, que se façam outras considerações a propósito do assunto. Trata-se, especialmente, do estudo do nacionalismo do ponto de vista da retórica. Acharmos conveniente, para isso, estudar as condições de produção do discurso de Policarpo, pois nos pareceu possível evidenciar a conexão entre o chamado nacionalismo xenófobo e a sua manipulação num momento de crise política a que o contexto do romance se refere. Existem, além disso, razões psicológicas que explicam a adesão de Policarpo à causa florianista. Se Carlos Nelson Coutinho deixa subentendido esse aspecto, não se prende, contudo, ao discurso como agenciador de manipulação social. E foram essas, principalmente, as verificações que nos levaram à análise da retórica do nacionalismo.

O termo retórica, advirta-se, emprega-se aqui no sentido de prática social "que permite às classes dirigentes assegurar-se a propriedade da palavra"⁵. O que nos endereça ao relacionamento da retórica com a ideologia, permitindo-nos recorrer a conceitos do crítico francês Roland Barthes, que considera a retórica aristotélica como "retórica da prova, do raciocínio, do silogismo aproximativo (entimema)"⁶ dizendo tratar-se de "lógica expressamente rebaixada, adaptada ao nível do 'público', isto é, ao bom senso comum, à opinião corrente"⁷. E demonstra que, guardadas as proporções históricas, se pode relacionar a cultura de massa com a Política de Aristóteles.

Ainda no que tange às relações entre a ideologia e a retórica, Luiz Costa Lima mostra-nos que essa aproximação não lhe parece casual, pois, no discurso ideológico, se emprega não uma cadeia demonstrativa completa, mas o silogismo que Aristóteles chamava de entimema. O entimema "se compõe de proposições pouco numerosas e muitas vezes distintas do que (sic) o silogismo completo, pois se uma das proposições é conhecida, não é mister enunciá-la: o ouvinte restabelece-a por si próprio"⁸.

Ao salientar a palavra "conhecida", o crítico assinala que as proposições julgadas mais conhecidas são as formadas pelas verdades do senso comum. Portanto, na relação ideologia-entimema, o crítico vê a proximidade que o ideológico mantém com o senso comum.

No seu estudo da retórica aristotélica, Haquira Osakabe⁹ indaga a razão do domínio da retórica na escolha dos três gêneros: o deliberativo, o demonstrativo ou epidítico e o judiciário. Conclui que essas formas discursivas são, de fato, utilizadas nos momentos decisivos da vida do Estado. Demonstra que a retórica aristotélica relacionada com a Dialética, de um lado, e com a Política, de outro, "justifica-se pela natureza 'ativa' de seu objeto: o orador é, ao mesmo tempo, um agenciador político e um mestre do raciocínio, e seu conhecimento não é, portanto, senão um meio da sua ação"¹⁰.

Na análise dos discursos políticos de Getúlio Vargas, Haquira Osakabe trata, também, de aspectos importantes que podem ser observados no estudo do discurso político presente em *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Vamos ater-nos inicialmente às contribuições do lingüista, sobretudo no que se refere à organização argumentativa. No caso dos discursos de Getúlio Vargas, aprende-se que a "organização argumentativa" envolve o ato de promoção, de envolvimento e de engajamento. Para esse lingüista, argumentar constitui o "ato de promover o ouvinte para o lugar de decisão na estrutura política; um ato de envolvê-lo de forma tal a anular a possibilidade da crítica; e um ato de engajar o ouvinte numa mesma posição ou mesma tarefa política"¹¹.

Percebe-se, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, que o nacionalismo de que a personagem é porta-voz resulta de uma organização argumentativa construída pelo discurso político-filosófico da Primeira República¹², sendo igualmente assegurado por uma retórica do nacionalismo, presente na literatura do século XVII e retomada pelos românticos. Para estudar a estrutura da argumentação, presente no romance, do ato de promoção até o engajamento, far-se-á a análise da série literária (a visão mítica da realidade), da série social (a inserção do folclore e do discurso político-filosófico) e do Estado enquanto *Ego* ideal.

Ressalte-se que esses aspectos giram em torno do nacionalismo e que, conforme acentua José Honório Rodrigues, o "caráter nacional é o ponto de tensão no estudo das relações entre o indivíduo, a cultura, a sociedade e o Estado"¹³.

1. Série literária: a visão mítica da realidade

Observemos, inicialmente, a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda para quem o "gosto da Maravilha e do Mistério, quase inseparável da literatura de viagens na era dos grandes descobrimentos marítimos, ocupa espaço singularmente reduzido nos escritos quinhentistas dos portugueses sobre o Novo Mundo"¹⁴. Apesar disso, prossegue o autor de *Visão do paraíso*, "o quadro que a Nóbrega inspirou o primeiro contato com o Novo Mundo parece corresponder à sedução que exerciam, em toda parte, ainda em sua época, os velhos motivos edênicos. (. . .). Em outras palavras, não se pode afirmar que participassem então os portugueses, menos do que outros povos, daquela sedução universal. O provável, no entanto, é que os motivos edênicos facilmente se refrangiam entre eles, privando-se da primeira intensidade para chegarem ao que se pode chamar sua atenuação plausível"¹⁵.

A presença de motivos edênicos, típica da literatura do século XVII, aparece na *História da América Portuguesa* de Sebastião da Rocha Pitta. Para referir-se à terra, o autor utiliza-se de intensa adjetivação, chegando a chamá-la de "Terreal Paraíso descoberto"¹⁶. No livro segundo, na descrição da província da Bahia, Rocha Pitta exalta o céu, os astros, os ares, as fontes, os prados, as plantas, as árvores, os fru-

tos e as estações temperadas. Já Frei Vicente do Salvador, *na História do Brasil*¹⁷, embora evidencie algumas excelências da terra, aponta problemas que a afetam como, por exemplo, a destruição da terra tanto pelo nativos quanto pelos portugueses; a negligência dos portugueses que, embora "achem mostras ou novas de minas, não as cavam nem ainda as vêem ou as demarcam"¹⁸; a presença de formigas na terra. Outro aspecto que deve ainda assinalar-se diz respeito ao contato do branco com o índio. Para Frei Vicente do Salvador, no primeiro contato do colonizador com o branco, não foram necessárias as armas, "porque só de verem homens vestidos e calçados, brancos e com barba (do que tudo êles carecem) os tiveram por divinos e mais que homens"¹⁹. No decorrer de sua História, demonstra, ao contrário, a insubmissão dos gentios aos brancos. Bastem-nos as referências ao contato de Duarte da Costa com os gentios, à imposição da fé católica aos gentios com a vinda de Mem de Sá, à matança e ferimento de muitos índios por Jorge de Albuquerque²⁰.

Nos *Diálogos das grandezas do Brasil*²¹, temos Alviano e Brandônio, dois portugueses, que representam, respectivamente, o reinol recém-vindo, impressionado pela falta de comodidades da terra, e o povoador, que, desde 15B3, chegava ao Brasil. Os diálogos têm, como interesse, desfazer a imagem negativa de Alviano em relação à terra brasileira. No primeiro diálogo, enquanto Alviano atesta a carestia dos alimentos, Brandônio, numa tentativa de compreender as condições geradas por essa situação, assinala a "negligência"²² e a "pouca indústria" dos moradores da terra. No segundo, Alviano comprova a presença de enfermidades a que estão sujeitos os habitantes da terra. Brandônio, por seu turno, acentua que as doenças "são tão leves e fáceis de curar, que quase se não podem reputar por tais"²³. Como réplica à afirmação de Alviano de que a riqueza mostrada em Portugal era da Índia, Brandônio, no terceiro diálogo, ressalta a fertilidade, a abundância do Brasil e a ameaça do estrangeiro em terras brasileiras, por descuido dos portugueses. Brandônio, no diálogo quarto, trata das riquezas do Brasil, sobretudo no que se refere às capitânicas da parte Norte. No quinto, reporta-se ao tratamento das aves, dos pescados e das feras agrestes e domésticas. O sexto gira em torno dos costumes da terra. As afirmações de Brandônio, a propósito da inexistência de ambição nos indígenas, sugerem a Alviano a imagem da Idade Dourada. No final dos diálogos, Alviano parece convencer-se das palavras de Brandônio.

Em "À ilha de Maré"²⁴, Manuel Botelho de Oliveira exalta a produção de frutas, referindo-se a Pomona (divindade rústica na Roma antiga, protetora das árvores frutíferas)²⁵. A fertilidade telúrica identifica-se com a idéia de mãe-nutriz. A noção de intertextualidade leva-nos a concordar com Júlia Kristeva segundo quem "o significado poético remete a outros significados discursivos, de modo a serem legíveis, no

enunciado poético, vários outros discursos²⁶ e a atentar em "outros significados discursivos" presentes em *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

O tom entusiástico em relação à terra, presente nos textos ressaltados, não é estranho ao romance, objeto de nossa análise.

A atitude satírica e denunciadora em relação à realidade é encontrada tanto na *História do Brasil* como em *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Aliás, é importante lembrar que Herman Lima²⁷, em "Origens da sátira política no Brasil", observa que o primeiro caricaturista brasileiro foi Frei Vicente de Salvador. No entanto, o tom laudatório nas referências à terra, também, é identificável na *História do Brasil*: "É o Brasil mais abastado de mantimentos que quantas terras há no mundo, porque nele se dão mantimentos de tôdas as outras"²⁸. A exaltação da terra pela personagem e a atitude crítica do romancista em relação à realidade constituem alguns dos pontos de contato entre o romance em estudo e a *História do Brasil*.

No que se refere aos *Diálogos das grandezas do Brasil*, cumpre lembrar que os diálogos mostram, sobretudo, uma imagem positiva da terra descoberta e que *Triste fim de Policarpo Quaresma* se estrutura como réplica aos textos que exaltam a terra. Embora haja uma distância histórica que separa esse romance dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, podemos perceber certa analogia entre o pensamento de Brandônio e o de Policarpo — a nossa personagem. Nos *diálogos das grandezas do Brasil*, Brandônio, como já mencionamos, não culpa o solo de não produzir trigo, centeio e cevada, mas a "pouca curiosidade e menos indústria dos que habitam"²⁹. Policarpo vê a improdutividade da terra como decorrência da incúria:

"Oual cansadas. Seu Antonino! Não á terras cansadas. . . A Europa é cultivada há milhares de anos, entretanto. . .

— Mas lá se trabalha.

— Por que não se há de trabalhar aqui também? (P. Q., 93). (O grifo é nosso).

A imagem de Pomona que aparece em "À ilha de Maré" é retomada em "No 'Sossego'". Comprove-se essa comparação nos trechos:

"Os melões celebrados

Aqui tão docemente são gerados,
Que cada qual tanto sabor alenta,
Que são feitos de açúcar, e pimenta,
E como sabem bem com mil agradados,
Bem se pode dizer que são letrados;
Não falo em Valariça, nem Chamusca:
Porque todos ofusca

O gôsto dêstes, que esta terra abona
Como próprias delícias de Pomona" ("A ilha de Maré, p. 129).

"E ele viu então diante dos seus olhos as laranjeiras, em flor, olentes, muito brancas a se enfileirar pelas encostas das colinas, como teorias de noivas; os abacateiros, de troncos rugosos, a sopesar com esforço os grandes pomos verdes; as jabuticabas negras a estalar dos caules rijos; os abacaxis coroados que nem reis recebendo a unção quente do do sol; as aboboreiras a se arrastarem com flores carnudas cheias de pólen; as melancias de um verde tão fixo que parecia pintado; os péssegos veludosos, as jacas monstruosas, os jambos, as mangas capitosas; e dentro tudo aquilo surgia uma linda mulher, com o regaço cheio de frutos e um dos ombros nu, a lhe sorrir agradecida, com um imaterial sorriso demorado de deusa — era Pomona, a deusa dos vergéis e dos jardins! . . ." (P.Q., 88).

Pode-se afirmar que a oposição ao estrangeiro tanto no romance, quanto no texto "À ilha de Maré", se expressa de maneira superficial, não constituindo ameaça ao colonizador. Parecem bastante elucidativos os textos:

"Tenho explicado as frutas e legumes,
Que dão a Portugal muitos ciúmes;
Tenho recopilado
O que o Brasil contém para invejado,
E para preferir a tôda a terra,
Em si perfeitos quatro AA encerra.
Tem o primeiro A, nos arvoredos". ("À ilha de Maré" p. 134)

"— Mas é um erro. . . Não protegem as indústrias nacionais. . . Comigo não há disso: de tudo que há nacional eu não uso estrangeiro. Visto-me com um pano nacional, calço botas nacionais e assim por diante" (P.Q., 30)

Por outro lado, o pedido de adoção do tupi-guarani como língua oficial é uma lembrança romântica, sem dúvida, e de insinuação sobretudo indianista. Ao mostrar a evolução do nacionalismo brasileiro, no que se refere ao indianismo, Dante Moreira Leite, autor de *O caráter nacional brasileiro* declara que "o nacionalismo brasileiro logo depois da independência (sic) precisava encontrar um passado independente da História Colonial, pois esta era comum com Portugal"³⁰.

Se, por um lado, o pedido de adoção do tupi-guarani configura-se como uma forma de revalorização do índio, significa, por outro, o apego de Polícargo a um elemento que não é visto como ameaçador à

ordem vigente. Nessas condições, as reformas de Policarpo enquadram-se dentro do próprio poder.

2. Série Social: o folclore e o discurso político-filosófico

A tradição folclórica brasileira que o protagonista procura reconstituir, aparece, no romance, em pequenos fragmentos para-literários presentes no discurso literário. Citem-se, como exemplo, o "Bicho tutu" (P. Q., 39), a canção de uma carta de Urubu-de-Baixo (P. Q., 40), a estória do Tangolomango (P. Q., 127). A apropriação do folclore afeiçoa-se à perspectiva de Albernaz e de Policarpo Quaresma. Para o primeiro, o folclore é simples pretexto; para o segundo, é decorrente de processo de sedução pela palavra do poder. De qualquer forma, ambos, porque pertencem à classe média e não à classe de que o folclore constitui expressão, configuram o interesse da ideologia pelo folclore. Acharmos importante assinalar, dentre os trechos mencionados o "Bicho tutu". Nesse fragmento, em que o "tutu vai cumê sinhozinho com angu", a inversão social se dá apenas simbolicamente. O ato de deglutir, presente na canção folclórica, representa a necessidade de o negro comer o branco, ao invés de ser "comido" por ele. No plano simbólico, é possível inverter a situação do dominante. No entanto, no plano do real, a ideologia do dominante, incorporada à fala do dominado, tende a conservar a hierarquia social, admitindo-a naturalmente. Serve de exemplo a resposta que Felizardo dá a Policarpo:

"— Eul Sei lá. . . Urubu pelado não se mete no meio dos coroados. Isso é bom pro sinhô". (P.Q., 113)

No que tange ao discurso político-filosófico, cabe-nos indagar como o Positivismo, mediante a fundamentação teórica, foi instrumento de instauração da República.

Sabemos que Augusto Comte propõe uma organização científica da sociedade e "distingue como hipoteticamente necessárias três fases no conhecimento e na evolução da sociedade: a teológica-fictícia, a metafísica-abstrata e a positiva (científica). Só na última fase se produz, segundo Comte, a fusão da teoria com a *praxis* (. . .). A fase positiva é concebida como uma fase pós-ideológica, em que a ciência positiva, como instrumento de coordenação, logra a reconciliação da ordem com a liberdade"³¹.

No Brasil, em virtude da influência de Benjamin Constant, secretário de Augusto Comte, o Positivismo constitui, força é convir, verdadeira religião. Militarismo e Positivismo identificam-se, portanto.

A propósito do Positivismo, é importante ressaltar as indagações

de Sérgio Buarque de Holanda, que o considera como expressão de um "segredo horror à nossa realidade"³², e as observações de Fritz Teixeira de Salles sobre a influência negativa do Positivismo no Brasil:

"a) uma assimilação não crítica de um complexo de idéias por grupos de intelectuais que não possuíam instrumental mínimo necessário para isso, pois eram autodidatas; b) aquelas eram teorias científicas, quando o nosso ensino era exclusivamente humanista; c) esses grupos intelectuais encaravam o pensamento europeu numa situação de inferioridade de habitantes do país dependente, sem tradição cultural e, portanto, percebiam todo aquele complexo de idéias de forma passiva; d) todas aquelas concepções tinham, na Europa, a função de manter o domínio da burguesia no poder, desviando a atenção dos intelectuais — (pois se apresentavam como alta expressão racional-científica) — das básicas e fundamentais descobertas realizadas pelo marxismo, as quais chamavam a atenção desses grupos intelectuais exatamente para o determinismo econômico, para uma mentalização operacional-metodológica-interpretativa da realidade".³³

Ao compararmos o militarismo de Policarpo com a intenção de Benjamin Constant de elevar o nível cultural de nossa oficialidade, proclamando o soldado "corporificação da honra nacional"³⁴, veremos que a palavra do momento se cristaliza na mente de Policarpo que a transforma em ação.

Para Policarpo Quaresma, "o hálito da pátria é o hálito da guerra" (*P.Q.*, 25). Na impossibilidade de ser militar, satisfaz-se com um cargo burocrático no Arsenal de Guerra. No espaço rural, a personagem mune-se de aparato científico para resolver os problemas agrícolas. No espaço revolucionário, Policarpo Quaresma encontra-se "enfreado na matemática, nessa matemática rebarbativa e hostil aos que já não são mais moços". (*P.Q.*, 164-165). Nessas manifestações, vê-se bem a ação da retórica sobre a personagem.

Mas não se limita ao militarismo nem ao Positivismo essa influência, e seria de bom conselho rever os "Apontamentos para uma crítica da ação integralista", em que Marilena Chauí analisa o imaginário integralista. Embora o trabalho crítico da autora se reporte a outro momento histórico que não o da Primeira República — contexto de *Triste fim de Policarpo Quaresma* — achamos que muitos elementos, sugeridos pela sua análise, são importantes para compreender-se a manipulação do discurso nessa obra.

Ao ressaltar a função do imaginário como máscara da ideologia, Marilena Chauí salienta "que um dos traços mais marcantes da ideologia consiste em postular uma coincidência entre a idéia de verdade (do

pensamento) e a idéia de eficácia (de ação), o que implica reduzir a *praxis* social e política a um conjunto de técnicas de ação supostamente adequadas para a obtenção de certos fins³⁵. Ao indagar a que classe o discurso do integralismo se dirige, a autora dos apontamentos demonstra o modo de funcionamento do imaginário. Evidencia, também, no que diz respeito ao pensamento autoritário, que, ao ocorrer a "necessidade de encontrar um 'saber' já realizado sobre o qual possa apoiar-se, bem como a necessidade de manipular fatos nos quais possa exemplificar-se e, graças a tais procedimentos, evitar o risco da elaboração do conhecimento, torna-se clara a debilidade teórica e a exigência de importar idéias já consagradas alhures"³⁶. Segundo sua análise, o pensamento autoritário apóia-se no "já visto", no "já pensado", no "já enunciado". Ao referir-se ao pensamento autoritário, declara:

"O nacionalismo, montado sobre imagens míticas, dá a nossos autoritários a ilusão de estarem referidos às condições históricas transfiguradas em bruma alegórica. Confundindo as imagens nativas com o movimento da história, acreditam que a substituição dos mitos de origem européia por outros, caboclos, é uma operação teórica suficiente para liberar o pensamento nacional de 'influências' alienígenas"³⁷.

Os motivos endênicos e a inserção do folclore em *Triste fim de Policarpo Quaresma* são realimentados pelo discurso político-autoritário que se vê ameaçado num momento de crise. (Lembremo-nos de que o texto se refere a um momento histórico em que Florianópolis precisa controlar as forças dissidentes). A imagem de Pomona indentifica-se com a idéia da mãe-nutriz e de pátria. Os mitos românticos e os motivos endênicos já arraigados no sujeito³⁸ operam de modo a camuflar as condições reais de existência. Carlos Nelson Coutinho, a propósito do nacionalismo da personagem, afirma que:

"Desligado do contato criador com a realidade, incapaz de explicitar-se numa *praxis* adequada, o *pathos* nacional-popular de Policarpo assume a forma extravagante de um nacionalismo fanático; ufanista fundado em mitos romântico-reacionários"³⁹ (O grifo é nosso).

Achamos que a *praxis* de Policarpo adapta-se à retórica que veicula o nacionalismo xenófobo. A idéia de pátria, como afirma o narrador, "fôra explorada pelos conquistadores por instantes sabedores das nossas subserviências psicológicas, no intuito de servir às suas próprias ambições (. . .)" (*P.Q.*, 207). Não se pode tampouco ignorar que, "para a emissão de todo o discurso, à parte a finalidade específica que garante sua motivação, o locutor tem a necessidade de ter também garantido certo número de significações que considera suficientemente aceitas e

assimiladas no ouvinte, cujo desconhecimento pode levar o ouvinte a simplesmente recusar o discurso que lhe é dirigido⁴⁰. Nesse sentido, vamos mostrar, através do tratamento do Estado enquanto *Ego* ideal, o significado que o emissor ou falante (o locutor) garante para o receptor ou ouvinte, no momento da emissão do discurso.

3. O Estado enquanto realização do Ego ideal

Eugène Enriquez em "Imaginário social, recalçamento e repressão nas organizações" propõe uma leitura das organizações a fim de "apreender através do não dito, do não formalizado, das falhas, a 'Outra cena', aquela da qual Freud disse que era onde se desenrola a função imaginária"⁴¹. Para isso, retoma conceitos psicanalíticos relativos ao imaginário, ao recalçamento e à repressão e os articula com o conceito de ideologia.

Na organização, no sentido que lhe dá Enriquez, apesar das diferenças existentes entre os indivíduos, há uma luta pelo reconhecimento, que se redalza a partir de um desejo. A busca da identidade pelo reconhecimento "remete à questão do desejo e da constituição do *ego* imaginário que cada ser vai tentar experimentar no espaço colocado em cena pela organização"⁴². O autor mostra que o *ego* constitui desde sua origem, instância imaginária. Evidencia que o imaginário, enquanto máscara, "se encontra no centro mesmo da formação das ideologias"⁴³. Na segunda parte do ensaio, o crítico estuda a função do imaginário na organização.

Ao abrigo dessas noções vemos o Estado enquanto organização, salientando que os indivíduos a ele se submetem em decorrência da possibilidade de preservação do equilíbrio do Ego. Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, o protagonista assume o cargo de subsecretário do Arsenal de Guerra cujas funções são pré-estabelecidas. Adapta-se, nessa situação, à ideologia coletiva do Arsenal que repousa sobre dois fundamentos básicos: o autoritarismo e o militarismo, conforme se depreende da comparação entre as situações do romance e do discurso político-filosófico. Para que a palavra do poder surtisse efeito, concedeu-se ao indivíduo a ilusão de que a ela tinha acesso para manifestar-se. Nesse caso, o ouvinte foi promovido a centro de decisão das relações políticas. Policarpo deixa-se iludir pela idéia de poder. Sabemos, no entanto, que o cargo assumido pela personagem se liga à administração burocrática do Estado. Isso significa que Policarpo não tem acesso ao poder. Policarpo pertence, no plano social, à classe média situada numa "posição intermédia em relação à contradição principal capital/trabalho inerente ao modo de produção capitalista"⁴⁴.

O Estado, ao insistir na permanência de uma função designada

pelo poder, e ao evitar a quebra da unidade da organização, procura proibir as "possibilidades de expressão direta, porque elas poderiam levar a baixar as máscaras"⁴⁵.

Percebe-se claramente, mercê do conhecimento das atribuições do Dr. Segadas — que ceifa o acesso à fala — um processo gradativo que se institui como ação inibidora da linguagem ou como captura do Outro pela linguagem. Policarpo, ao elevar-se à condição de letrado, ultrapassa os limites impostos pela sua condição social, pois o saber era privilégio dos doutores. Quando a personagem faz um requerimento, pedindo a adoção do tupi como língua oficial, e um ofício em tupi, está convencido de que a palavra tem poder modificador. O comportamento de Policarpo, ao entrar em desacordo com a imagem que os outros construíram para ele, é rejeitado por aqueles que querem conservar o poder pela posse da palavra.

A confirmação das observações de Eugène Enriquez sobre o papel do imaginário na organização leva-nos a concluir que essa, ao "ocultar os temores de espedaçamento e as fantasias de destruição de si que os homens poderiam ter"⁴⁶, se relaciona com a figura do pai castrador que, para evitar a própria castração, dispõe de um único meio que é a castração dos demais.

No romance, convenha-se, Floriano encarna a figura do pai castrador. São elucidativos estes exemplos tomados ao texto:

"Há uma outra face do marechal Floriano que muito explica os seus movimentos, atos e gestos. Era o seu amor à família, um amor entranhado, alguma coisa de patriarcal, de antigo que se vai esvaiando com a marcha da civilização" (P.Q., 53).

"A sua concepção de govêrno não era o despotismo, nem a democracia, nem a aristocracia; era a de uma tirania doméstica. O bebê portou-se mal, castiga-se. Levada a cousa ao grande o portar-se mal era fazer-lhe oposição, ter opiniões contrárias às suas e o castigo não eram mais palmadas, sim, porém, prisão e morte". (P.Q., 154).

Com a morte de Policarpo, o Estado passa, de opressivo, a repressivo. A sua morte, portanto, significa que o filho, ao apoderar-se da palavra, torna-se suplemento daquele já que o poder se relaciona com a figura do pai e da autoridade. A palavra do filho — Policarpo é silenciada pelo pai — o poder que se vê ameaçado. Sabemos, no final do romance, que a personagem se mantém incomunicável:

"Contudo, quem sabe se os outros que lhe seguissem as pegadas não seriam mais felizes? E logo respondeu a si mesmo: mas como? Se não

se fizera comunicar, se nada dissera e não prendera o seu sonho dando-lhe corpo e substância?" (P.Q., 208)

O poder mata a personagem da História. No entanto, Policarpo é ressuscitado pelo narrador que conta a estória do protagonista. A personagem passa do plano da história para o plano da estória com possibilidades de tornar-se "herói nacional" e vincular-se definitivamente à História. Percorre, por conseguinte, a mesma trajetória de outros indivíduos que se fizeram heróis nacionais.

"E êle se lembrava que há bem cem anos, ali, naquele lugar onde estava, talvez naquela mesma prisão, homens generosos e ilustres estiveram presos por quererem melhorar o estado de cousas de seu tempo. Talvez só tivessem pensado, mas sofreram pelo seu pensamento. Tinha havido vantagem? As condições gerais tinham melhorado? Aparentemente sim; mas, bem examinado, não." (P.Q., 208).

Se a estória é contada, é porque o narrador acredita no enredo, no poder da palavra. Eugène Enriquez, mencionado, afirma que: "Tomar a palavra é empresa de demolição das estruturas e do poder existente, expressão do verbo criador e engendramento de uma nova realidade"⁴⁷. A partir dessa afirmação, vamos indagar de que forma, na construção narrativa, o narrador "destrói" o poder. É do silêncio da personagem que nasce *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Sua morte relaciona-se, destarte, com a vida do romance.

NOTAS

O romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* será identificado, nas citações, de forma abreviada: P.Q., seguido do número da página, conservando-se a ortografia da edição utilizada.

1. No prefácio do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* (Cf. edição utilizada por nós), datada de 1916, M. de Oliveira Lima vê, no Major Quaresma, o Dom Quixote Nacional. O aspecto quixotesco, salientado por M. de Oliveira Lima, ainda persiste na crítica atual. Cf. BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1975. p. 359 e BRAYNER, Sonia. Lima Barreto: mostrar ou significar? IN: — *Labirinto do espaço romanesco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/INL, 1979. p. 155.
2. PIMENTEL, Osmar. Prefácio. IN: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 12. 13.

3. BRAYNER, Sonia. *Op. cit.* p. 169.
4. COUTINHO, Carlos Nelson. O significado de Lima Barreto na Literatura brasileira. IN: Coutinho, Carlos Nelson *et alii*. *Realismo & Anti-Realismo na Literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. p. 42.
5. BARTHES, Roland. A retórica antiga. IN: BARTHES, Roland *et alii*. *Pesquisas de retórica*. Trad. Leda Pinto Mafra Uruzun. Petrópolis, Vozes, 1975, p. 149.
6. Idem, *ibidem*, p. 157.
7. Idem, *ibidem*, p. 157.
- B. COSTA LIMA, Luiz. As projeções do ideológico. IN: *Cadernos da PUC*, Rio de Janeiro, B (26), 1975, p. 155-204.
9. OSAKABE, Haqira. A retórica de Aristóteles. IN: *Argumentação e discurso político*. São Paulo, Kairós, 1979. p. 142.
10. Idem, *ibidem*, p. 142.
11. Idem, *ibidem*, p. 97.
12. Convém lembrar a dificuldade que Barbosa Lima Sobrinho salienta no que tange ao conceito de Nacionalismo (BARBOSA LIMA SOBRINHO. Desde quando somos Nacionalistas? *Cadernos do povo brasileiro*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1963. V. 24). O autor observa que o Nacionalismo "pode ser uma atitude de extrema direita, como o fascismo, o nazismo e o integralismo (p. 9); como também, pode ser confundido com o próprio comunismo como movimento de esquerda. Barbosa Lima Sobrinho afirma que existem nacionalismos e nacionalismos e que para conhecê-los e identificá-los "nada melhor que rastrear as suas origens, definir as suas características e tendências" (p. 10).
13. RODRIGUES, José Honório. *Aspirações nacionais*; interpretação histórico-política. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. p. 37.
14. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Visão do Paraíso*; os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 3. ed. São Paulo, Ed. Nacional/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. 1977. p. 1.
15. Idem, *ibidem*, p. 23B.
16. ROCHA PITTA, Sebastião da. *História da América Portuguesa*. Bahia, Livraria Progresso Editora Aguiar & Souza, 1950.
17. SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1954, 476 p.
18. SALVADOR, Frei Vicente do. *Op. cit.* p. 52.
19. Idem, *ibidem*, p. 37.
20. Idem, *ibidem*, p. 154; p. 160; p. 175.
21. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos/INL, 1979. 276 p.

22. Idem, *ibidem*, p. 33.
23. Idem, *ibidem*, p. 95.
24. BOTELHO DE OLIVEIRA, Manuel. A ilha de Maré. IN: *Música do Parnasso*. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura, 1953.
25. PEREZ-RIOJA, J. A. *Diccionario de símbolos y mitos*. Madrid, Tecnos, 1971.
26. KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. Trad. Maria Helena Ferraz. São Paulo, Perspectiva, 1974, p. 174.
27. LIMA, Herman. Origens da sátira política no Brasil. *Revista do livro*. Rio e Janeiro, 3(12): p. 45. Dez. 1958.
28. SALVADOR, Frei Vicente do. *Op. cit.* p. 61.
29. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Op. cit.* p. 170.
30. LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro; história de uma ideologia*. 2. ed. São Paulo, Pioneira, 1969. p. 171.
31. LIEBER, Hans Joachim & BUTOW, Helmuth G. Ideologia. IN: KERNIG, C. D., ed. *Marxismo y democracia, enciclopedia de conceptos básicos*. Trad. Eloy Rodríguez Navarro. Madrid, Ediciones Rioduero, 1975. V. 3. p. 115.
32. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978. p. 118.
33. SALLES, Fritz Teixeira de. *Literatura e consciência nacional*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1973. p. 140.
34. LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1967. p. 375.
35. CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica de ação integralista. IN: CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra / CEDEC 1978. p. 31.
36. Idem, *ibidem*, p. 38.
37. Idem, *ibidem*, p. 36.
38. Lembremo-nos aqui das considerações de Louis Althusser: "só existe ideologia pelo sujeito para sujeitos. Entenda-se: só existe ideologia para sujeitos concretos e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: entenda-se pela categoria de sujeito e pelo seu funcionamento" (ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa, Presença, s/d. p. 93).
39. COUTINHO, Carlos Nelson. *Op. cit.* p. 38.
40. OSAKABE, Haquira. *Op. cit.* p. 60.
41. ENRIQUEZ, Eugène. Imaginário social, recalçamento e repressão nas organizações. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro. A história e os discursos, (36/37): p. 55. jan/jun. 1974.
42. Idem, *ibidem*, p. 57.

43. Idem, *ibidem*, p. 62.
44. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. IN: FAUSTO, Boris. *História geral da Civilização Brasileira; o Brasil Republicano; sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Difel, 1977. T. 3, V.2. p. 11.
45. ENRIOUEZ, Eugène. *Op. cit.* p. 66
46. Idem, *ibidem*, p. 66.
47. Idem, *ibidem*, p. 81.